

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE

CHALLENGES OF EDUCATION IN CONTEMPORANEITY

DESAFÍOS DE LA EDUCACIÓN EN LA CONTEMPORANEIDAD

Lígia Christine Pereira Martins

Psicóloga pela Universidade Federal Fluminense (2019). Dedicar-se a temas ligados a Psicologia Social; Políticas de Assistência Social em setores infanto-juvenis; Saúde Mental.

Márcia Aparecida de Souza

Mestra em Ensino pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino - PPGEn da Universidade Federal Fluminense, integrante do Projeto de Pesquisa Núcleo de Estudos e Pesquisas Saberes, Conflitos e Territórios da Universidade Federal Fluminense. Especialista em Planejamento, Implementação e Gestão da EAD, pela Universidade Federal Fluminense. E em Educação Infantil pela Universidade Castelo Branco. Graduada em Letras pela Universidade do Estado de Minas Gerais e graduada em Pedagogia pela Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES. Professor da Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Português, Inglês e Ensino Religioso. Também atua como pesquisadora na área de População negra e inserções urbanas.

Resumo: Considerando as mudanças do mundo contemporâneo e os efeitos provocados no âmbito escolar o presente trabalho visa refletir processos educacionais através da análise interdisciplinar da temática, tendo como base pontos de vista sociais, educacionais e psicológicos. A partir de práticas sociais contemporâneas entram em discussão os modos de gestão da escola como forma de regulamentação da vida e os impactos nos corpos tanto de alunos, quanto de profissionais que estão inseridos no contexto educacional. Também apresenta uma reflexão sobre os desafios que os professores enfrentam em relação à inclusão escolar de alunos com necessidades especiais. Vislumbrando assim modos de enfrentamento coletivo que fujam da posição de tutela e de controle e que potencializem a autonomia de educadores e educandos.

Palavras chave: Educação; Sociedade; Contemporaneidade

Abstract: Considering the changes in the contemporary world and the effects caused at school, this work aims to reflect educational processes through interdisciplinary analysis of the theme, based on social, educational and psychological points of view. the modes of school management as a way of regulating life and the impacts on the bodies of both students and professionals who are inserted in the educational context. It also presents a reflection on the challenges that teachers face in relation to the school inclusion of students with special needs. Thus envisioning ways of collective coping that escape from the

position of guardianship and control and that enhance the autonomy of educators and students.

Keywords: Education; Society; Contemporary

Resumen: Considerando los cambios en el mundo contemporáneo y los efectos causados en la escuela, este trabajo tiene como objetivo reflejar los procesos educativos a través del análisis interdisciplinario del tema, basado en puntos de vista sociales, educativos y psicológicos. Los modos de gestión escolar como una forma de regular la vida y los impactos en los cuerpos de los estudiantes y profesionales que se insertan en el contexto educativo. También presenta una reflexión sobre los desafíos que enfrentan los maestros en relación con la inclusión escolar de estudiantes con necesidades especiales. Así, imaginando formas de afrontamiento colectivo que escapen de la posición de custodia y control y que mejoren la autonomía de educadores y estudiantes.

Palabras clave: educación; Sociedad; Contemporáneo

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea está envolta por uma lógica regulamentadora, que é efeito dos avanços nos modos de se relacionar com o mundo construídos durante séculos que tornaram a lógica disciplinar insuficiente, uma vez que almejava-se tornar os “corpos manipuláveis” empregando-se então a noção de docilidade que tornava este corpo dócil e útil, logo, poderia ser transformado e aperfeiçoado a fim de exercer um “elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada” (FOUCAULT, 2014, p.136). Ou seja, na impossibilidade do controle puramente disciplinar, foram construídos dispositivos que possam gerir sutilmente todos os corpos, através de processos que dominam, gerem e regulam a vida.

No entanto, apesar de sutil em razão da extensão de técnicas, esta gestão que Foucault (1999) denomina como biopolítica é bastante precisa, se utilizarmos entre tantos instrumentos, as práticas de saber e mais precisamente da escola enquanto instituição. Todavia, o indivíduo em toda a sua potência não se adequa totalmente a este modelo e constrói brechas, tendo a infância como o principal disparador de abertura, o que provoca uma relação conflitante entre aluno-escola-sociedade, produzindo os tais “alunos problema” que não se

adequam a moldes instituídos, demandando assim a reinvenção constante das práticas de trabalho do professor que diante de tamanha solidão em que é colocado para se reinventar e do número de demandas que são despejadas sobre a escola se vê em processo de adoecimento, que muitas vezes não é percebido pela sociedade que a todo momento busca soluções na escola.

A infância torna-se objeto de todos os olhares e todos os controles, assim não há uma composição entre a família e a escola de maneira construtiva, pensando em uma dinâmica que possibilite que essa criança tenha um espaço onde ela estabeleça uma relação única com o ambiente escolar. Em contrapartida, o que é possível observar, é uma normatização em relação ao ser criança no âmbito educacional, advinda tanto da família quanto da escola, numa tentativa de enquadramento do indivíduo num modelo arcaico de ensino. “Com o consentimento da sociedade, que delega à medicina a tarefa de normatizar, legislar e vigiar a vida, estão colocadas as condições históricas para medicalização da sociedade, aí incluídos comportamento e aprendizagem.” (CHRISTOFARI; FREITAS; BAPTISTA, 2015, p.1087).

Contudo, colocada no lugar de solucionadora de conflitos sociais e ao mesmo tempo abandonada em termos de políticas públicas eficientes, pois bem se sabe que apesar de haver investimento para o setor educativo, isto não garante sua eficiência, uma vez que são alocados inadequadamente, a escola se vê confrontada a de fato construir soluções, desconsiderando assim que o âmbito escolar também é afetado por todos os outros processos que compõe a vida, tornando o método puramente disciplinar como o mais eficiente a priori. Isto posto, almeja-se através da análise da atuação do professor e do psicólogo no âmbito educacional poder refletir a partir de uma perspectiva social os passos dados até atualmente e vislumbrar novas rotas frente às considerações percebidas.

I. FATORES SÓCIO-ECONÔMICOS E APRENDIZAGEM

Vivemos em uma sociedade capitalista, em que produtividade e competitividade são máximas que nos movimentam; Portanto é preciso que desde a infância as crianças sejam “treinadas” para serem inseridas

plenamente neste modelo social, sendo estas “o futuro da nação”. O que já apresenta um primeiro problema, a diferença entre os modelos de “treinamento” de uma escola privada e de uma pública, não por questões estritamente econômicas, que são de grande relevância, mas devido ao que Souza (2009) considera como o capital imaterial que é produto de uma organização simbólica que vai além do dinheiro, visto que para além desse há também uma herança imaterial, onde a criança da classe média e alta tem contato com uma dinâmica familiar que a molda para ter relações sociais privilegiadas, bons casamentos e etc.

É esse “esquecimento” do social — ou seja, do processo de socialização familiar — que permite dizer que o que importa é o “mérito” individual. Como todas as condições sociais, emocionais, morais e econômicas que permitem criar o indivíduo produtivo e competitivo em todas as esferas da vida simplesmente não são percebidas, o “fracasso” dos indivíduos das classes não privilegiadas pode ser percebido como “culpa” individual (SOUZA, 2009, p.20).

O que faz com que a escola se torne desinteressante para muitas crianças e adolescentes, pois há neste espaço uma preparação para uma vida sobre a qual muitas destas crianças não terão acesso, visto que desde a infância, estágio inicial da vida, já se vêem confrontados entre o trabalho e a escola, nesta ordem, pois é o trabalho que vai colocar a comida na mesa, e já no início da competição a iniciam perdendo, inclusive muitos desistem. Há aqueles que insistem, mas é difícil resistir quando a fome fala mais alto, quando a frequência escolar é afetada pelos mais diversos fatores em razão do território vulnerável em que se localizam tanto a escola quanto os alunos, os configurando assim na grande categoria do “aluno problema”, aquele que por algum motivo não se adequa e fracassa, o temido fracasso escolar tão em voga no mundo, mas o que é o fracasso escolar?

Entende-se aqui a sociedade não como a simples soma dos indivíduos, para além disso, segundo Baremblytt (2002, p. 25) ela é “a forma organizada de associação humana” que constitui assim “um tecido de instituições que se interpenetram e se articulam entre si para regular a produção e a reprodução da vida humana sobre a terra e a relação entre os homens” (BAREMBLYTT,

2002, p. 27). Sendo assim, podemos entender que a sociedade se inicia nas escolas, por ser esse o primeiro espaço de articulação para uma criança. Logo, é possível considerar como missão da escola ensiná-las a se relacionarem umas com as outras e com o mundo, entretanto, dentro de uma sociedade em que tudo se torna mercadoria, até mesmo o conhecimento, e que para estar no mundo é preciso ter acesso a bens de consumo, a reprodução de moldes estabelecidos para se produzir cada vez mais se torna o alvo, fazendo com que haja o fracasso escolar, em razão do conflito entre o que se espera e o que se deveria esperar das escolas.

Tendo como base a regulação dos processos de vida debruça-se sobre o corpo saudável, a fim de colocar todos os corpos dentro de um padrão de normalidade para torná-los saudáveis, baseando-se na norma médica que diferencia o normal do patológico por uma variação quantitativa da média, para mais ou para menos do estado normal, onde a singularidade é vista como um obstáculo ao que deveria ter sido (CANGUILHEM, 1990). Pois como afirma Foucault (1999, p. 302) é a norma, sendo um dos agentes responsáveis por padronizar comportamentos sociais, que irá “circular entre o disciplinar e o regulamentador, que vai se aplicar, da mesma forma, ao corpo e à população, que permite a um só tempo controlar a ordem disciplinar do corpo e os acontecimentos aleatórios de uma multiplicidade biológica”. Diante da demanda constante em governar a vida como o primeiro aparelho do poder que se coloca para o indivíduo, a escola acaba absorvendo esse funcionamento.

No entanto, o indivíduo não sendo um sistema de leis constituirá desde a infância diferentes normas de vida para si, fugindo assim da dita normalidade pregada pela medicina, que em parceria com os interesses políticos e econômicos do Estado dita normas que provocam como entende Caponi, com base nas palavras de Canguilhem, “aquilo que uma sociedade considera como jurídica e medicamente perigoso, o nocivo, aquilo que representa, ao mesmo tempo, desvio da média e ameaça às normas” (CANGUILHEM, 1990 apud CAPONI, 2009, p.536). Dessa forma, almeja-se a produção de corpos bem ajustados que poderão ser inseridos nos processos de produção econômicos. Nesta nova estratégia de gestão social o que foge a norma não se exclui, pelo contrário, se analisa, especifica e incorpora ao meio social por um processo

normalizante que se apresenta como forma de resolver o impasse dos que fogem a normalidade, forjando tais modos de viver de forma não mais coercitiva.

A crescente solicitação de laudos que naturalizam o não-aprender como biológico e submetem a diferença ao signo da patologia tem sido recorrente para os profissionais de saúde e de educação [...] preso a modelos, protocolos e encaminhamentos, o cotidiano perde seu caráter de experimentação na escola contemporânea. (HECKERT; ROCHA, 2012, p.86)

Mosé (2019) apresenta a escola como “o lugar para discutir o contemporâneo”, pois é na escola que todos os movimentos contemporâneos se apresentam em alguma medida. Configurando também, diante das novas tecnologias novas relações com o saber, que irão compor a nossa subjetividade. O que torna cada vez mais potente os corpos singulares, crianças questionadoras, problematizadoras que o molde educacional instituído e arraigado não comporta. Mas para o sistema é mais interessante que o coletivo não questione, apenas obedeça e que cresçam com o pensamento de que ir além daquilo que já está naturalizado é algo ruim ou impossível, como em uma frase que diz: “Pássaros criados em gaiola, acreditam que voar é uma doença”. É partindo deste ponto que há uma medicalização da vida, ao diagnosticar e prescrever o que foge do padrão do que se espera de uma suposta normalidade. Se desde o começo for ensinado de que se manter na gaiola é o certo e que isso é natural, aqueles que questionarem enquanto profissionais serão tidos como inconsequentes por tentarem aquilo que para muitos é algo impossível e terão que lidar com a sobrecarga das práticas de trabalho.

Vemos hoje o quanto é difícil para o aluno e para o professor encarar a questão do fracasso como algo individual, culpa do sujeito. Essa ideia que implicitamente nos foi imposta, acaba mascarando a responsabilidade do governo, da política, da economia e da sociedade. Todos esses setores estão dentro de um sistema capitalista, onde se compreende que os sucessos e insucessos são sempre conquistados por mérito próprio (a dita meritocracia),

quando se sabe que na realidade isso não acontece. Essa noção de culpa, que surge a partir da ideia de que cada um se encarrega de seus próprios ganhos, vêm causando constante sofrimento psíquico entre os alunos fracassados e seus professores incapazes de “ajustá-los”. Pensar o fracasso escolar a partir de um olhar voltado apenas para a criança exime a escola da participação no andamento do processo de aprendizagem, uma vez que dispensa as discussões acerca da prática e dos modelos instituídos na educação, isso é projetar o fracasso em quem não se enquadra.

II. ATUAÇÃO DOCENTE COMO FATOR DETERMINANTE NA APRENDIZAGEM EDUCACIONAL

Considerando as demandas da contemporaneidade recai sobre o docente a responsabilidade de criar possibilidades para que o educando tenha condições de construir seu próprio conhecimento. Para isso faz-se necessário transgredir o signo, isto é, apropriar-se do significado que esse traz em seu bojo; É preciso que o desenvolvimento deste processo aconteça dentro de um contexto capaz de atender as demandas do sujeito aprendente.

Considerar as peculiaridades dos alunos e entender o contexto social em que esse está inserido é de suma importância e demanda que o professor enquanto mediador deste processo, compreenda que atualmente esse exige muito mais do que uma “cartilha” e que não há modelo pronto em que todos se encaixem; Faz-se mister inovar, tentar, trabalhar com metodologias diversas para que a aprendizagem se efetive dentro das atuais expectativas e demandas que a sociedade impõe.

Diversos são os obstáculos e dificuldades referentes ao ensino-aprendizagem que tornam a tarefa do professor ainda mais complexa. Normalmente encontra-se nas salas alunos que apresentam diferentes dificuldades, lacunas e até mesmo atrasos no aprendizado, o que aumenta o desafio do trabalho docente que precisa encontrar formas de sanar essas dificuldades para tentar evitar que aconteça uma extensão do problema na vida adulta, o que certamente refletirá de forma negativa, podendo resultar até mesmo em um analfabetismo funcional, referente à pessoa que apenas

consegue utilizar um saber básico, elementar. Outro dificultador é o fato do sistema educacional fazer exigências que nem sempre correspondem à realidade da sala de aula de cada região, além do desafio da inclusão e da necessária oferta de ensino-aprendizagem a alunos com idades defasadas. Além disso, ao desconsiderar o território em questão muitas questões que envolvem o aluno passam despercebidas, o que pode provocar a infrequência, definida por Heckert e Rocha (2012, p.) da seguinte forma:

“A infrequência não se configura como uma saída definitiva da escola, como evasão, mas funciona como uma alternância, irregularidade da presença do aluno, um efeito mais temporal que espacial do processo, e vem sendo entendida pelo sistema educacional como irresponsabilidade, abandono dos familiares e descumprimento de um direito das crianças e dos jovens.”

Portanto, percebe-se que trabalhar com a diversidade é preciso, porém o grande número de alunos nas salas de aula e a necessidade de atendê-los em suas especificidades torna ainda maior o desafio para o educador, que passa também a depender de outros profissionais, uma equipe multidisciplinar por exemplo, além do empenho de toda a equipe escolar e participação da família no processo. O que traz ganhos e perdas, pois o compartilhamento, o trabalho em rede, é riquíssimo ao lançar múltiplos olhares, no entanto, a depender da forma que se estabelecem as relações poderão ser construídos novos dispositivos de esquadramento para o controle dos “modos de existência”, por processos de “medicalização da vida escolar” (HECKERT; ROCHA, 2012).

A Lei de Diretrizes e Base 9394/96 e outras normativas legais que amparam o direito de todos à educação, vem surtindo efeito e de fato os alunos portadores de necessidades especiais já são matriculados em escolas públicas municipais e estaduais, entre outras juntos à alunos que não requerem a mesma atenção, também há salas de recursos, rampas de acesso e banheiro adaptado em parte das escolas. Mas quanto aos profissionais que atuam diretamente no processo ensino-aprendizagem ainda há veemente necessidade de que instâncias superiores e também responsáveis pelo bom andamento do processo, considerem as dificuldades de atuação encontrada

pelos docentes, visto a falta de recursos materiais e humano especializado, favoráveis à inclusão.

A inclusão de discentes com deficiência no ensino trouxe aos professores e à escola um novo desafio, pois para atendê-los de maneira efetiva faz-se necessário muito mais que as transformações do espaço para receber e atuar com esses alunos de forma a favorecer-lhes a aprendizagem. Dessa forma, em muitas instituições há uma inclusão que na realidade torna-se exclusiva, em razão não do despreparo dos professores como em muitos casos se pensa, mas da ausência de políticas públicas que enxerguem as diferenças a partir da noção de equidade e não como um mal a ser sanado através da homogeneidade.

Se comparado ao passado o panorama atual realmente avançou rumo à inclusão, porém observa-se que ainda há um longo caminho a ser percorrido até que efetivamente sejam contemplados os aspectos necessários para garantia de uma escolarização dos alunos portadores de necessidades especiais que possibilite real aprendizado ao respeitar suas singularidades. Logo, observa-se avanços em relação à inclusão escolar de alunos com necessidades especiais, mas essa ainda é uma realidade bastante recente e que requer dos professores que recebem esses discentes nas salas de aula desenvolvam um trabalho voltado ao seu aprendizado em específico. E vários obstáculos, que não são da competência do professor, chegam juntos à essa necessidade, pois mesmo que o educador se mostre receptivo a receber os alunos especiais, apenas essa abertura não significa que está havendo inclusão, para que a inclusão comece a acontecer é necessário uma série de formações e capacitações para que os professores realmente possam contribuir para o processo ensino aprendizagem desses alunos. E isso não é um processo rápido, muito pelo contrário, demanda tempo entre diversas outras questões burocráticas.

Tendo em vista o paradigma atual um outro aspecto que vale a pena ponderar é a necessidade de se “repensar e ressignificar as formas de ministrar aula, as quais implicam na articulação de diferentes linguagens, de diferentes realidades, de espaços e tempos escolares e não-escolares”. (SANTOS; ALVES 2006, p.24-25). E uma das possibilidades de trabalho

considerando os arquétipos contemporâneos é o trabalho envolvendo as novas tecnologias da informação e comunicação mas se entende que esse trabalho que pode ser um facilitador do ensino-aprendizagem é também outro desafio, visto que na sala de aula o professor não costuma contar com o apoio de um técnico e a formação do educador não prevê o uso sistemático das mesmas. Também não se deve esquecer que às tecnologias independente se atuais ou não são condicionados princípios, prática educativa e organização que “impõem profundas mudanças na maneira de organizar os conteúdos a serem ensinados, as formas como serão trabalhadas e acessadas as fontes de informação, e os modos, individuais e coletivos, como irão ocorrer as aprendizagens” (SILVA, 2001, p.76). Mas é necessário considerar recorrer os recursos multimidiáticos, visto que tanto os professores quanto os alunos podem se beneficiar com a inserção dessa tecnologia em sala de aula, por serem de interesse do aluno e também uma forma de abrir-se ao novo e se permitir afastar de modelos defasados.

III. A PRÁTICA DO PSICÓLOGO NO ÂMBITO EDUCACIONAL

Bem como para educadores, uma vez que ambos fazem parte de um contexto bem maior do que o espaço estritamente escolar, o papel do psicólogo na escola é marcado por inúmeras dificuldades encontradas por ele no campo da educação, pois ainda não se tem uma resolução ou um manual que defina exatamente qual seria o real papel da psicologia nesse território, e na tentativa de conquistar o seu espaço e possibilitar um equilíbrio para a atuação nesse campo, a psicologia busca medidas que tragam uma resolução para tal prática. De início é preciso entender que o papel da psicologia não se restringe a estudar unicamente o desenvolvimento cognitivo, o psicólogo deve ter um conhecimento abrangente do processo educacional e de como surge à interação entre o professor/educador e o aluno, pois “sabemos que diferentes relações engendram diferentes possibilidades” (MACHADO, 2004, p.2) é por isso que nem o professor tão pouco o psicólogo conseguirão desenvolver um bom trabalho se ambos não trabalharem juntos, o papel de um é extremamente

importante nas práticas do outro, as demandas precisam ser construídas conjuntamente.

A psicologia tem sido tomada como uma força operacional do campo da educação que traz contribuições para uma construção de certo olhar-professor. É preciso pensar como foi a fase processual do olhar-psi no professor. Frases presentes no dia a dia dos professores como “falta de memória, não tem personalidade, desinteressado”, entre outras, entram em questionamento sobre quando foram englobadas ao vocabulário dos professores, a resposta que mais se aproxima é que esse processo tenha se dado através da subjetivação que se faz constantemente presente no território escolar. Essas subjetivações são tomadas como verdades no contexto escolar. A problematização existente feita na relação entre a Psicologia e a educação gera a “expatriação” de mecanismos que funcionam como uma lupa aos olhos dos professores e essa repetição de frases feitas por eles acaba se projetando, fazendo com que as verdades e mentiras tidas por este em sua subjetividade se torne dominante.

O que tem sido perceptível no âmbito escolar é que muitos psicólogos tem operado com soluções requeitadas. Soluções que já existem, que até foram úteis em determinados contextos, porém se tornaram regras e são sempre reutilizadas apesar de não apresentarem resultados efetivos. Vale ressaltar que quando nos referimos à efetividade, não almejamos alcançar um modelo pré estabelecido, mas sim repensar práticas a partir de demandas construídas. Desta maneira, é importante salientar que as práticas do psicólogo devem estar alinhadas ao momento histórico atual, procurando sempre se reinventar. Para alcançar tal alinhamento as queixas surgem como analisadores, colocando em análise o funcionamento coletivo e permitindo o acesso a questões até então não abordadas no ambiente escolar, como, o relacionamento com a comunidade de onde emergem essas queixas e as práticas psicologizantes. É interessante observar a quantidade de queixas que são levadas à coordenação, de professores reclamando das turmas que não aprendem, não prestam atenção e que são agitados, mas se examinarmos o cotidiano dessas crianças iremos nos deparar com um paradoxo, pois essas “crianças problema” são capazes de aprender e até mesmo de ensinar fora dos muros da escola.

É válido ressaltar que quando se cria um estereótipo para determinada turma ou aluno, os resultados colhidos sofrerão efeitos significantes. Muitos alunos são bombardeados por estigmas e uma pressão a respeito da falta de produtividade frente ao processo de aprendizagem, e por vezes aceitam a condição de incapazes de dar conta de acompanhar o ritmo escolar e acabam desistindo. E esse tipo de estigma também atravessa o corpo docente, pois quando a culpa não está direcionada ao aluno, ela conseqüentemente estará voltada para o professor, que diante dessa situação se sente impotente pelo fracasso. Iniciativas, como derrubar essa estrutura hierárquica e adotar uma relação horizontal entre aluno e professor pode gerar resultados significativos no processo de aprendizagem.

Podemos dizer que essa tem sido a função da psicologia, isentar o sistema social, econômico e político, da responsabilidade pela produção da desigualdade social, culpabilizando o indivíduo isolado por aquilo que acontece a ele. Passou a ser senso-comum pensarmos que as conquistas dependem dos esforços individuais de cada um [...] O sistema capitalista se constitui nesta ideologia - defende que as pessoas que fracassam não aproveitaram bem as oportunidades que lhes foram dadas. Ora, pensar assim é fortalecer a ilusão de que vivemos condições de possibilidades igualitárias. O preço dessa ilusão é a privatização da responsabilidade pública e suas conseqüentes doenças contemporâneas no corpo do sujeito. (MACHADO, 2004, p.1).

As instâncias superiores impõem metas as quais, muitas vezes, os profissionais não possuem preparo suficiente para efetivar. Ao mesmo tempo em que exigem, não garantem nenhum tipo de suporte metodológico para auxiliar a execução do que foi solicitado, ou quando oferecem, acabam expondo modelos a serem seguidos, não dando brecha de criação ou adaptação, fazendo com que haja novamente uma falha, pois o que vem pronto não traz consigo as questões locais, que dizem respeito à cultura, infraestrutura, dentre tantas coisas que só se enxerga e se experiencia na prática.

Ingenuamente carrega-se a ideia de que, os especialistas, somente com seus referenciais teóricos serão capazes de sanar e auxiliar os educadores e

suas questões dentro dos conflitos escolares. Mas ao se deparar com a execução desse fazer dentro das escolas, percebe-se que para além de qualquer auxílio conceitual, os professores precisam ser ouvidos e amparados, para que assim, possam recuperar a capacidade de ouvir uns aos outros enquanto equipe, para que possam recuperar sua autonomia, e conseqüentemente, possam construir sua própria forma de reação e decisão, sem depender da ajuda especializada. Não se deve intervir numa instituição achando que todas as falas devem se ater exclusivamente ao enquadramento teórico, ou que todas as práticas devem estar ligadas às expectativas do especialista, já que é a partir dessa pretensão que muitas vezes faz com que os docentes se sintam desqualificados para intervir dentro dos problemas que os cercam no contexto escolar.

O especialista, no caso o psicólogo, pode assumir dois papéis, ele pode se colocar como possuidor do “poder”, ser aquele que somente fala em nome da ciência, que dita às regras e que também esvazia o conhecimento de outras áreas que ele não legitima, pois é ele quem detém o conhecimento. Essa hierarquia onde somente os especialistas possuem o conhecimento, e o saber de outros não é reconhecido, torna-se uma forma de opressão. Ou também é capaz de assumir o papel de expert aliado, onde seu saber é sim reconhecido, mas não como o único, o especialista pode construir juntamente com aqueles que não detêm os mesmos conhecimentos que ele, sem oprimi-los. Podemos trazer como exemplo as escolas que podem encarnar os dois papéis. Os professores podem transmitir aquilo que sabem para os alunos e construir junto com eles formas de desenvolver o conhecimento que está sendo transmitido, e que este precisa ser passado pelo especialista, mas sem esquecer o saber que os próprios alunos têm, o expert nesse caso seria um aliado. Mas dentro do mesmo exemplo, tratando das escolas, o professor pode se colocar como aquele que dita às regras, pois é o possuidor do poder e acabar gerando assim não uma construção como deveria ser feito nas escolas, mas sim um processo mecânico onde o aluno só consegue reproduzir o que está imposto.

O que foge do padrão não é possível à captura, logo abrem-se brechas e cabe ao psicólogo percebê-las e olhar para elas potencializando a aprendizagem inventiva, pois diante do contexto atual onde podemos pensar

em algumas demandas que tem sido consideradas naturais e todos estão respondendo a elas de forma “mecânica” sem sequer pensar, como por exemplo, apresentar como queixa à agitação das crianças, podemos perceber uma constante patologização em que as doenças da não-aprendizagem demandam intervenções que “em muitos casos, apenas visam transformar o aluno produzido pelo discurso da anormalidade em um sujeito mais próximo possível da norma. O processo de medicalização acalma conflitos. Se o suposto problema está no aluno, ninguém tem culpa da sua *doença*. (CHRISTOFARI; FREITAS; BAPTISTA, 2015, p.1088).

Deste modo, a psicologia tem o papel de elaborar meios que façam com que nos desprendamos de tudo ao nosso redor que está instituído e é visto como algo natural, que possamos pensar e questionar as nossas práticas. O foco não é intervir sobre demandas específicas, alunos difíceis e afins, mais atentar para a reprodução dos corpos-problemas na sua complexidade, ou seja, dentro e fora da instituição escolar. Mais do que procurar uma solução, é necessário propor uma reflexão sobre como se dá esse fenômeno e quais medidas preveniriam reproduções futuras.

Para tanto, é preciso que se construa processos de auto-análise para produzir uma reflexão crítica e garantir os processos de autonomia através da autogestão. A autoanálise constitui-se a partir da ideia de que as próprias comunidades possam ser protagonistas de tudo aquilo que as envolvem, bem como SEUS problemas, SUAS necessidades, SEUS interesses, SEUS desejos e SUAS demandas, ou seja, é a comunidade acadêmica que será protagonista desse processo, não o psicólogo com seu suposto saber, o trabalho deve ser construído de forma conjunta entre ambos. Juntamente com este processo de auto-análise há processo de autogestão, onde a comunidade se articula, se institucionaliza e se organiza, com o objetivo de planejar as estratégias necessárias para que ela mesma consiga os recursos de que precisa para a continuidade e o aprimoramento de sua vida sobre a terra. Pensar em processos de formação onde os principais envolvidos possam ser ouvidos e a partir desse espaço de fala consigam criar novas estratégias e pensar em novas possibilidades. O que está em jogo sempre é como nossa abordagem opera na construção de mundo, não adianta um discurso crítico descolado da

prática, onde a fase operacional é deficitária. Sendo assim, é preciso um trabalho conjunto, não só entre a escola e os especialistas, como o psicólogo, mas entre a família e principalmente com as crianças, pois é preciso abrir um canal para ouvi-las, visto que se assim não fizermos estaremos sempre presos nas questões sobre as crianças e não nas questões das crianças. “A ideia de infância não pode ser pensada no exterior das instituições que lhe são associadas, como a casa e a escola.” (GONDRA, 2010, p.197). Podendo desta maneira, compor um olhar de avaliação que também jogue a favor da criança tornando-a protagonista do seu processo de aprendizagem, potencializando-a no seu processo de apropriação do saber.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo, foi possível observar que muitos ainda são os desafios da escolarização, mas que é possível realizar um trabalho satisfatório desde que aconteça uma conscientização do quanto é necessário um trabalho envolvendo uma equipe de profissionais que atuem de acordo com necessidades exigidas pelos discentes. Onde a análise institucional se apresenta como um caminho possível para tal feito, visto que mobiliza a forma que agimos e pensamos não somente à nível individual, como muito se pensa acerca da atuação do psicólogo, mas a nível coletivo perpassando todas as mazelas necessárias ao bom desempenho de uma coletividade. Sendo a escola a principal instituição, pois os espaços de saber envolvem todo o corpo, moldando-o desde a infância.

Sobre a inclusão escolar de discentes com necessidades especiais, apesar de apresentar visíveis avanços, observa-se que ainda permeia uma série de desafios a serem vencidos principalmente em relação aos professores que são atores do processo ensino aprendizagem e que precisam realizar um trabalho voltado ao aprendizado de acordo com especificidades individuais mas também dependem de apoio para bem desempenhar essa função. Observa-se que esse quesito ainda demanda ampliação das discussões envolvendo diversos profissionais para que aconteça efetivamente uma inclusão.

Aspectos sociais e econômicos que dificultam o processo ensino-aprendizagem também se apresentam como desafios a serem superados, visto que refletem diretamente no âmbito escolar. Sobre esses entende-se ser necessário políticas públicas que venham ao encontro dessas necessidades além de um enfrentamento coletivo visando o bem estar e aprendizado de todos e para todos conforme exigências de diversas normativas em vigor.

Portanto, entende-se que a mudança no processo educacional visa potencializar corpos através de micropolíticas que atingem a esfera social, pois agir de forma individualizante produz desigualdades e mascara o que de fato tem se apresentado como relevantes questões na esfera escolar.

REFERÊNCIAS

BAREMBLITT, Gregorio F. **Compendio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**, 5ed., Belo Horizonte: Instituto Felix Guattari, 2002, p.25-36.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

CAPONI, Sandra. Biopolítica e medicalização dos anormais. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 529-549, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v19n2/v19n2a16.pdf>>. Acesso em: 3 de julho de 2019.

CHRISTOFARI, Ana Carolina; FREITAS, Claudia Rodrigues de; BAPTISTA, Claudio Roberto. Medicalização dos Modos de Ser e Aprender. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 40, n. 4, p. 1079-1102, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edreal/v40n4/2175-6236-edreal-42057.pdf>>. Acesso em: 29 de novembro de 2018.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de Março de 1976. In: _____. **Em defesa da Sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999. pt. 285-316.

_____. Os corpos dóceis. In: _____. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 42ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 302 p. pt. 133-138.

GONDRA, José Gonçalves. A emergência da infância. **Educação em revista**, Belo Horizonte, v.26, n.1, P. 195-214, 2010. Disponível em: <<<http://www.scielo.br/pdf/edur/v26n1/10.pdf>>>. Acesso em: 24 de novembro de 2018.

HECKERT, Ana Lucia Coelho; ROCHA Maria Lopes da. A maquinaria escolar e os processos de regulamentação da vida. **Psicologia e Sociedade**, Belo

Horizonte, v. 24, 2012, P. 85-93. Disponível em: <<<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24nspe/13.pdf>>>. Acesso em: 24 de novembro de 2018.

MACHADO, Adriana Marcondes. Encaminhar para a Saúde quem vai mal na Educação: um ciclo vicioso? **Revista Educação**, São Paulo, 2004.

MOSÉ, Viviane. O contemporâneo e a educação. **Institutocpfl**. 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hyVBULSDiml>>. Acesso em: 30 de abril de 2020.

SANTOS, Ediméa; ALVES, Lynn. **Práticas pedagógicas e tecnologias digitais**. Rio de Janeiro:E-papers, 2006.

SILVA, Marco (2001). **Sala de aula interativa**: a educação presencial e a distância em sintonia com a era digital e com a cidadania. In: Congresso Brasileiro da Comunicação, 24., 2001, Campo Grande. Anais do XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação, Campo Grande: CBC, set. 2001. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/80725539872289892038323523789435604834.pdf>>. Acesso em: 30 de abril de 2020.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 15-26.